



UNESCO

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009

Capa

Mayra Evangelista Soares

Revisão

Mayra Evangelista Soares

Preparação

Sílvia Beatriz Portela Santos Almeida

[2025]

Todos os direitos desta edição reservados ao Manoel Model United Natios



MMUN 2025 SECRETARIADO

Secretária Geral

Mayra Evangelista Soares

Secretário de Logística

Álvaro Moura de Melo

Professor Orientador

Thiago Andrade de Menezes

Diretora da Agência de Comunicação

Roseane Silva Oliveira

Secretária de Marketing

Clarice Freitas Duque de Oliveira

Secretária de Comunicação

Larissa Lopes de Lima

Diretores de Comitê

Sílvia Beatriz Portela Santos Almeida

Flávia Lohanny Barreto Dantas

Maria Eduarda Santana Negreiros

Pablo Riquelme Oliveira Cardoso



SUMÁRIO:

CARTA DO SECRETARIADO.....	4
CARTA DA MESA.....	5
1. Histórico e Jurisdição.....	6
1.1 História e Jurisdição da ONU	6
1.2 História e Jurisdição da UNESCO	7
2. Contexto do tema “Desinformação e Erosão Cultural: os impactos da globalização e da censura no cenário internacional”	8
3. Agenda.....	10
3.1 Liberdade de expressão vs. discurso de ódio e desinformação	10
3.2 Censura como ferramenta de manipulação	10
3.3 Preservação Cultural vs. Globalização	11
3.4 Formação de professores e conflitos identitários	11
3.5 Impacto da censura em minorias	11
4. Posicionamentos.....	12
5. Considerações Finais	26



CARTA DO SECRETARIADO

Caros delegados,

É com imensa honra que o Secretariado se dirige a todos vocês através desta carta. Gostaria de lhes expressar as minhas mais sinceras saudações, por obterem coragem e determinação de adentrarem no mundo da diplomacia e buscarem, por meio do diálogo, soluções pacíficas e justas para os imbróglios que afligem o âmbito internacional.

Em meio a conflitos, divergências e disputas por poder, vozes como as suas precisam se destacar, demonstrando que, através da diplomacia, o mundo pode, sim, ser um lugar muito melhor.

Diante disso, queremos lhes desejar boas-vindas ao Manoel MUN. Esperamos que, por meio deste projeto, você receba o apoio necessário para explorar exponencialmente suas capacidades em realizar debates, expressando criatividade e liderança. Preparem-se para defender os interesses de uma nação, a qual valoriza acima de tudo a sua cultura, valores e soberania. Dessa maneira, é chegada a hora de conhecer o verdadeiro universo das relações diplomáticas.

Esperamos que vocês estejam dispostos a enfrentar desafios, sair da zona de conforto e demonstrar como lidar com situações que, no futuro, podem decidir a trajetória do cenário internacional. E, acima de tudo, lembre-se sobre a importância da vida e de suas implicações.

Estamos aqui para tornar esta a sua melhor experiência no mundo das simulações. Como a sua mais nova família, queremos expressar a nossa alegria em poder compartilhar esta trajetória que promete ser marcante e inesquecível em nossas memórias. Dessa forma, desejamos que, assim como nós, vocês também estejam empolgados para a tão sonhada terceira edição do Manoel Model United Nations.

Atenciosamente,

Secretariado.



CARTA DA MESA

Caros delegados(as) e futuros diplomatas desse designado comitê,

Me dirijo a cada um de vocês através dessa carta para dar as boas-vindas à Unesco e parabenizá-los pela coragem de embarcar nessa aventura geopolítica, superando o nervosismo, os desafios que se sucederam, e buscando pôr em prática tudo aquilo que vocês aprenderam ao longo da vida; junto a vocês, desejo fazer dessa simulação uma experiência enriquecedora, criativa e recompensadora. É com grande honra que escrevo essa mensagem para todos que se propuseram a participar desses momentos que virão, e garanto que eles serão inesquecíveis.

Desejo, nos dias que virão, empenho e foco de todos aqueles para quem escrevo, para viver esse projeto com força total e garantir que tudo saia com extremo êxito e formalidade que o evento possui. À todo momento, preciso que tentem extrair aquilo que vocês tem de melhor: seus conhecimentos, formalidade, moralidade e retórica. Essas serão as habilidades que vocês terão que mostrar ao longo dos debates, buscando, sempre, soluções criativas e práticas para problemas que assolam as nações de todo o mundo.

Ademais, é de extrema importância que leiam com atenção os tópicos presentes neste guia, pois cada informação será crucial para o funcionamento do debate. Ao longo dos próximos dias, vocês estarão representando não apenas países, mas ideais, culturas e realidades. No comitê da Unesco, lidamos com pilares fundamentais da humanidade: a educação, a ciência, a cultura e a comunicação. Esses temas exigem sensibilidade, responsabilidade e, sobretudo, compromisso com o bem comum, já que, sendo as bases da humanidade, são essas que definirão o futuro do contexto geopolítico, atual e futuro.

Atenciosamente,

A diretora.



1. Histórico e Jurisdição:

1.1. História e Jurisdição da ONU:

Diante do cenário de horror e de devastação deixado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que envolveu direta e indiretamente a maior parte dos países, viu-se a necessidade da implementação de um organismo intergovernamental capaz de promover um estado de paz e de segurança em escala mundial. Nesse contexto, surgiu, portanto, a Organização das Nações Unidas.

A Organização das Nações Unidas foi criada oficialmente em 24 de outubro de 1945, quando a Carta foi ratificada pela China, França, União Soviética, Reino Unido, Estados Unidos e pela maioria dos outros signatários.



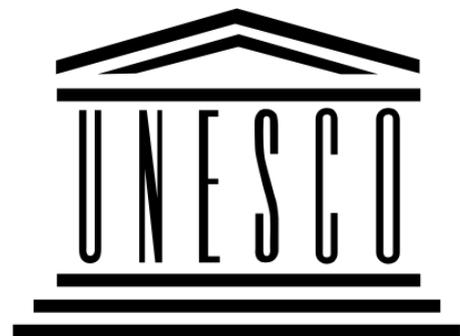
A ONU serve como fórum para os seus Estados-membros expressarem pontos de vista através da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança, do Conselho Econômico e Social e de outros órgãos e comissões da Organização. Ao possibilitar o diálogo entre os seus membros e ao mediar negociações, a ONU tornou-se o mecanismo que permite aos governos encontrar áreas de entendimento e lidar com os desafios em conjunto. O chefe administrativo da ONU é o secretário-geral.

O objetivo da ONU foi, continua sendo e será o de unir todas as nações do mundo em prol da paz e do desenvolvimento, com base nos princípios da justiça, dignidade humana e no bem-estar de todos. A ONU dá aos países a oportunidade de procurar soluções em conjunto para os desafios do mundo, preservando os interesses e a soberania nacional.

1.2. História e Jurisdição da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura):

A história da Unesco está atrelada, primeiramente, à fundação da ONU. A construção de um organismo em nível mundial, como a ONU, indicou a necessidade da criação de uma agência especializada em questões voltadas para a educação, a ciência e a cultura.

Nesse contexto, foi criada em 4 de novembro de 1946, com sede em Paris, a Unesco. A partir de então, a agência firmou-se como um dos principais órgãos em nível mundial voltados para ações de apoio ao desenvolvimento dos países.



É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação, Ciências Naturais, Ciências Humanas e Sociais, Cultura e Comunicação e Informação. A missão da Unesco é contribuir para a "construção da paz", reduzindo a pobreza, promovendo o desenvolvimento sustentável e o diálogo intercultural, através da educação, ciências, cultura, comunicação e informação. Para isso desenvolve projetos de cooperação técnica em parceria com o governo – União, estados e municípios –, a sociedade civil e a iniciativa privada, além de auxiliar na formulação de políticas públicas que estejam em sintonia com as metas acordadas entre os Estados Membros da Organização. A Organização concentra, em particular, duas prioridades globais: a diminuição da taxa de analfabetismo e a igualdade de gênero. Outras prioridades da Organização incluem a busca da qualidade da educação para todos e da educação continuada, buscando novos desafios éticos e sociais, promovendo a diversidade cultural, construindo sociedades de conhecimento inclusivo através da informação e comunicação.



2. Contexto do tema “Desinformação e Erosão Cultural: os impactos da globalização e da censura no cenário internacional”

O mundo presenciou, ao longo do último século, o fenômeno conhecido como “globalização”, impulsionado por múltiplos vetores: rivalidades ideológicas entre potências, esforços de minorias por

expressão e reconhecimento e o desenvolvimento acelerado da Revolução Técnico-Científico-Informacional. Esse processo gerou avanços extraordinários na circulação de bens, serviços e, sobretudo, informação, mas também expôs desafios inéditos, exigindo o fortalecimento de um organismo multilateral como a ONU e a criação da Unesco para articular respostas conjuntas.



A interdependência cultural, tecnológica e política se aprofundou dramaticamente. Entre 2005 e 2021, a adesão global à internet saltou de 16% para 64%, embora existam 244 milhões de mulheres a menos online em comparação aos homens, restringindo seu acesso à educação e às oportunidades econômicas. A pandemia da COVID-19 acelerou ainda mais essa transformação digital, afetando 1,6 bilhão de estudantes de todas as idades e deixando 463 milhões sem acesso efetivo ao ensino remoto, conforme relata a Unesco. Em paralelo, amadureceram novas formas de censura algorítmica e desinformação: algoritmos podem suprimir conteúdos legítimos, deepfakes profissionais proliferam, e campanhas automatizadas influenciam processos eleitorais em múltiplos países.

Enquanto a mídia global tende a uniformizar culturas, surgem iniciativas para proteger tradições e símbolos locais. Esse é o centro do conflito. Por um lado, o Japão é muitas das vezes criticado por disseminar padrões culturais globais através de seus animes e mangás, que moldam gostos e referências em diversos países. Por outro, o México busca incorporar o náhuatl em sistemas digitais e ferramentas de tradução — um avanço coroado pela integração do idioma ao Google Translate em 2024, graças ao trabalho de cientistas como Gabriela Salas. O Brasil implementa políticas de inclusão digital em comunidades rurais e quilombolas (PBQ), e a China impulsiona a “Rota da Seda Digital” para conectar

minorias étnicas, ao mesmo tempo em que regula conteúdo com sua Lei de Segurança de Dados (2021) sob justificativas de proteção nacional.

A censura estatal adquire nuances: a Rússia tornou mais rígidas suas leis contra “notícias falsas” (Lei nº 32-FZ, de 2022) e emprega a Roskomnadzor para bloquear veículos de imprensa independentes, arriscando a pluralidade do debate público. Em Singapura, mecanismos legislativos — como a Lei de Radiodifusão — e acordos extrajudiciais visam preservar a “harmonia social”, aplicando sanções a veículos críticos e jornalistas sob pretextos de interesse público. O Egito, por sua vez, promove a digitalização de sítios arqueológicos, mas reprime manifestações dissidentes alegando segurança do patrimônio e estabilidade nacional.

Questões socioambientais se entrelaçam à erosão cultural a partir do momento em que grandes projetos de infraestrutura — estradas, hidrelétricas e mineração — ameaçam territórios indígenas e sítios arqueológicos, desrespeitando o direito à consulta prévia, livre e informada da Convenção 169 da OIT. Estudos apontam que 37 países apresentam intenso risco de perda de terras indígenas e bioculturalidades pela expansão industrial. Em resposta, a Unesco ampliou programas de salvaguarda de patrimônios imateriais, apoiando práticas dos Miao, na China, e dos Mapuche, no Chile, e defendendo a integração de conhecimentos tradicionais em agendas de desenvolvimento sustentável.

No âmbito da governança da internet, plataformas multissetoriais como o Internet Governance Forum (IGF), organizado pela Unesco, reúnem governos, setor privado e sociedade civil para discutir neutralidade de rede, privacidade de dados e acesso universal à informação. Em 2022, o Fórum destacou a necessidade de regras claras para algoritmos de IA e proteção jurídica de operadoras de justiça online, reforçando o papel da Unesco como catalisadora de políticas digitais inclusivas .

O desafio central consiste em equilibrar autonomia e responsabilidade para que a pluralidade de vozes não seja sufocada nem por regimes autoritários nem por barreiras econômicas e tecnológicas. Iniciativas da África do Sul pós-apartheid promovem narrativas de inclusão, e o Marrocos combate estereótipos sobre a cultura árabe-berbere, mas enfrentam limitações diante de pressões globais. Debates como a Lei de Soberania da Internet na Rússia (2019) versus a polêmica em torno do combate a fake news nos EUA



evidenciam que a linha entre regulamentação e censura é tênue e exige constante vigilância.

Para a Unesco, fortalecer o multilateralismo significa fomentar políticas públicas que harmonizem soberania nacional e cooperação internacional, alinhando-se à Carta das Nações Unidas, segundo a qual a paz requer não apenas a ausência de conflitos, mas a construção de justiça, diálogo e respeito à diversidade cultural. Caso contrário, o silêncio imposto pela censura e pela desinformação continuará ameaçando a inovação, os direitos humanos e o próprio legado cultural das sociedades contemporâneas.

3. Agenda

3.1- Como equilibrar liberdade de expressão e combate a discursos de ódio e a desinformação: Em uma época de choque de opiniões e avanço das liberdades individuais, o debate acerca da linha tênue que delimita os benefícios e malefícios da liberdade de expressão se faz necessário. Não é de hoje que a liberdade para expressar opiniões acerca de diversos temas tem se mostrado benéfica para a discussão e dissertação de diversos problemas que afetam os Estados Nacionais. Entretanto, é de vital importância determinar qual é a fronteira entre a livre circulação de ideias e a propagação de opiniões malélicas sobre diversas nuances espalhadas pelo mundo.

- Quais limites legais definem até onde vai a liberdade de expressão?
- Em que circunstâncias a restrição de certos discursos pode ser considerada aceitável?

3.2- A censura como ferramenta de manipulação: Em um contexto em que a informação assume papel estratégico nos processos políticos e sociais, a censura se transforma em ferramenta de manipulação ao selecionar ou silenciar narrativas que ameaçam interesses de quem detém o poder. Governos e grupos organizados recorrem a bloqueios de imprensa, filtros algorítmicos e desinformação oficial para moldar percepções públicas e neutralizar críticas, muitas vezes sob a justificativa de segurança ou ordem pública. Essa forma de controle não se limita à exclusão direta de conteúdos, mas inclui práticas como inundar espaços digitais com propaganda, explorar “data voids” e intimidar jornalistas e pesquisadores, corroendo a confiança nas fontes independentes.

- Como detectar e lidar com a censura em um contexto onde o apreço pela liberdade, desvinculado dos discursos de ódio, se vê cada dia mais desencorajado?
- Em que situações a manipulação via censura compromete gravemente a transparência e o livre debate público?

3.3- Preservação Cultural vs. Globalização: A globalização intensificou os fluxos de pessoas, bens e informações, abrindo oportunidades inéditas de intercâmbio cultural, mas também suscitando desafios à salvaguarda de identidades locais. Nesse sentido, as problemáticas vinculadas ao apagamento histórico e social de culturas - em consonância com o livre trânsito de informações da globalização e, conseqüentemente, o choque entre culturas - precisam ser discutidas. Ademais, iniciativas de preservação de patrimônios tangíveis e intangíveis — sejam sítios arqueológicos, práticas artísticas ou saberes religiosos — tornaram-se essenciais para combater a tendência de homogeneização promovida pela indústria do entretenimento global e pelo turismo de massa.

- Quais tensões emergem entre a abertura aos intercâmbios culturais e a proteção de tradições ameaçadas pela padronização global?
- De que forma práticas de “glocalização” e turismo sustentável podem conciliar desenvolvimento econômico e preservação da autenticidade local?

3.4- Formação de professores para lidar com conflitos identitários em sala de aula: A fim de encontrar soluções e alternativas para auxílio e formação de docentes no contexto geopolítico atual, uma vez que a preservação identitária é uma diretriz indispensável nas discussões da Unesco.

- De que maneiras a formação inicial e continuada de professores pode incorporar práticas de mediação intercultural para enfrentar conflitos identitários?
- Quais recursos metodológicos e espaços de apoio institucional são necessários para sustentar essa capacitação ao longo da carreira docente?

3.5- Impacto da Censura em Minorias: Em um cenário em que comunidades historicamente marginalizadas enfrentam não apenas exclusão social, mas também a supressão deliberada de suas vozes, a censura revela-se um instrumento poderoso de silenciamento e desigualdade. Grupos indígenas frequentemente encaram barreiras digitais e bloqueios de conteúdo que limitam seu acesso a canais de comunicação — agravando o isolamento de territórios remotos e aprofundando o “fosso digital” entre minorias e o restante da população.

- Quais formas de censura estruturada têm impactos mais duradouros na capacidade de organização e expressão de minorias?
- Em que situações a supressão de narrativas minoritárias compromete irreversivelmente a preservação de suas identidades culturais?

4. Posicionamentos

Brasil:



O Brasil constrói sua política de informação sobre um frágil equilíbrio entre liberdade constitucional e controle estatal, revelando uma dualidade histórica que remonta à ditadura militar (1964-1985) e persiste na era digital. Enquanto a Constituição de 1988 consagra a liberdade de expressão como cláusula pétrea, o país desenvolveu mecanismos sofisticados de controle informacional, como o Marco Civil da Internet (2014) - inicialmente celebrado como "Constituição da Internet" mas gradualmente instrumentalizado para remoção judicial de conteúdo. Durante o processo eleitoral de 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu uma parceria inédita com plataformas digitais para combater a desinformação, resultando na remoção de milhares de publicações e perfis, incluindo políticos eleitos. Paralelamente, o Inquérito das Fake News (2020-presente) do STF investigou e prendeu críticos do governo sob a acusação de "ataques à democracia", levantando questionamentos sobre o uso político do sistema judiciário.

Na esfera cultural, o Brasil apresenta um paradoxo entre retórica progressista e práticas contraditórias. Como signatário da Convenção da Unesco sobre Diversidade Cultural (2005), o país promove políticas como o Programa Cultura Viva para comunidades tradicionais. Contudo, o incêndio do Museu Nacional em 2018 - que destruiu

90% de seu acervo antropológico - tornou-se símbolo da negligência estatal com a memória nacional. Enquanto isso, projetos de infraestrutura como a BR-319 avançam sobre terras indígenas na Amazônia, onde lideranças como Bruno Pereira foram assassinadas ao denunciar crimes ambientais - evidenciando o abismo entre discurso e prática na proteção cultural.

O sistema educacional brasileiro reflete essas tensões. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018) inclui avanços como educação étnico-racial, mas enfrenta resistência de grupos conservadores - em 2022, o estado de São Paulo registrou mais de 100 casos de censura a professores que abordavam questões de gênero ou racismo. Programas como o Educação Conectada tentam reduzir desigualdades digitais, mas esbarram na falta de infraestrutura: 40% das escolas rurais ainda não têm acesso à internet.

Para minorias políticas e étnicas, a censura assume formas estruturais. O Decreto 9.759/2017 extinguiu dezenas de conselhos participativos, reduzindo a representação de movimentos sociais. Jornalistas ambientais como Dom Phillips pagam com a vida por investigar crimes na Amazônia, onde a Convenção 169 da OIT sobre consulta prévia é sistematicamente violada em projetos de mineração. Nas periferias urbanas, a Lei Antiterrorismo (2016) tem sido usada para criminalizar ativistas sociais, repetindo padrões da era militar.

Em fóruns internacionais, o Brasil mantém um discurso ambivalente. Enquanto na Unesco defende a diversidade cultural, na prática negligencia patrimônios como o Cais do Valongo (Rio de Janeiro), principal vestígio do tráfico negreiro nas Américas. Na OEA, posiciona-se contra a censura, mas mantém uma das legislações mais restritivas sobre liberdade de imprensa na América Latina. Esta dualidade ficou evidente durante a pandemia, quando o governo federal simultaneamente combatia desinformação sobre vacinas mas promovia tratamentos sem comprovação científica.

O Brasil busca alianças com países do Sul Global (África do Sul, México) em agendas de diversidade cultural e combate à exclusão digital, mas enfrenta críticas de nações como EUA por sua legislação ambígua sobre desinformação (ex.: Marco Civil da Internet). Cooperar com a UNESCO em projetos de salvaguarda patrimonial, enquanto

conflitos com Rússia e China surgem em fóruns multilaterais sobre censura e soberania digital.

África do Sul:



A África do Sul, pós-apartheid, defende a liberdade de expressão como pilar da democracia, consagrada na Constituição de 1996, mas impõe limites contra discursos de ódio, como na Lei de Promoção da Igualdade e Prevenção da Discriminação Injusta (2000), usada para condenar casos como o de Julius Malema (2010) por incitação racial. Na ONU, enfatiza reconciliação, citando a Comissão da Verdade e Reconciliação (1995) como modelo, mas enfrenta críticas por propostas como o Tribunal de Apelação de Mídia (2010), visto como censura disfarçada. Na preservação cultural, promove línguas locais (zulu, xhosa) via Lei de Línguas Oficiais (2012), mas a globalização ameaça tradições, evidenciado pelo declínio do uso de idiomas indígenas em plataformas digitais. Na educação, o Curriculum and Assessment Policy Statement (CAPS, 2011) inclui diversidade, porém protestos como o #RhodesMustFall (2015) revelam tensões sobre narrativas coloniais em materiais didáticos. Quanto às minorias, a censura histórica contra vozes negras durante o apartheid contrasta com avanços como a Lei de Reconhecimento de Casamentos Tradicionais (1998), mas persistem desafios, como a repressão a artistas LGBTQIA+ (ex.: censura à exposição "Inkanyamba" em 2017). Em fóruns internacionais, o país critica a apropriação cultural (ex.: disputa com marcas europeias sobre símbolos africanos) e lidera iniciativas contra desinformação no continente, embora enfrente acusações de negligência na proteção de línguas locais e na mediação de conflitos xenófobos, como os ataques a migrantes em 2019.

Líder em iniciativas pan-africanas, alia-se a Marrocos na defesa de narrativas anticoloniais e diversidade linguística, mas tensiona com potências como China e EUA

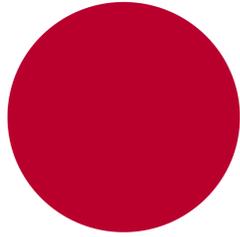
por apropriação cultural de símbolos africanos. Critica a Rússia por violações de direitos humanos, enquanto busca parcerias com o Brasil em políticas educacionais inclusivas.

Marrocos:



Marrocos defende a liberdade de expressão condicionada à proteção da "ordem pública" e da identidade nacional, como prevê o Código Penal de 2016, que criminaliza discursos que "minem o Islã, a monarquia ou a integridade territorial" (ex.: prisão do jornalista Omar Radi em 2021 por críticas ao governo). No combate à desinformação, promove a Autoridade Nacional de Regulação da Comunicação Audiovisual (HACA), mas enfrenta acusações de censura, como o bloqueio de sites críticos durante o movimento Hirak Rif (2016-2017). Na preservação cultural, orgulha-se de patrimônios da Unesco como a Medina de Fez e da Carta de 2011, que reconheceu o amazigh (berbere) como língua oficial, embora sua implementação em escolas e plataformas digitais seja lenta. Na educação, o Plano de Reforma Educacional 2015-2030 inclui formação docente sobre diversidade, mas persistem tensões, como protestos em 2019 contra o uso do francês em detrimento do árabe e do amazigh. Quanto às minorias, a Constituição de 2011 reconhece a pluralidade cultural, mas comunidades amazighs e saharauis denunciam marginalização, como a repressão a ativistas do Saara Ocidental (ex.: condenação de defensoras como Sultana Khaya em 2021). Em fóruns internacionais, Marrocos posiciona-se como mediador cultural no mundo árabe-africano, promovendo iniciativas como a Aliança de Civilizações da ONU, mas enfrenta críticas pela disputa do Saara Ocidental, que impacta cooperação regional, e por acordos com a UE que priorizam segurança migratória sobre direitos humanos.

Japão:



O Japão equilibra liberdade de expressão com restrições a discursos de ódio, como na Lei de Eliminação de Discursos de Ódio (2016), embora críticos apontem falhas na aplicação, especialmente contra minorias como os coreanos Zainichi e comunidades Ainu. Historicamente, evitou censura estatal explícita, mas durante a ocupação pós-Segunda Guerra (1945–1952), o Comando Supremo das Potências Aliadas (SCAP) impôs controle midiático, legando um legado cauteloso. Na preservação cultural, orgulha-se de patrimônios Unesco como Kyoto e do resgate de tradições, mas exportações massivas de anime e mangás geram debates sobre homogeneização global, como críticas à "estratégia Cool Japan" por banalizar símbolos históricos e uso do soft power para disseminar seus aspectos culturais, mas também exportar a sua própria ideologia. Na educação, o Plano de Revisão Curricular (2020) inclui diversidade, mas casos como a censura a discussões sobre "mulheres de conforto" em livros didáticos (ex.: polêmica de 2019 em Osaka) revelam tensões identitárias. Quanto às minorias, a Lei de Reconhecimento Ainu (2019) avançou na inclusão, porém comunidades como Okinawa denunciam apagamento cultural, exemplificado pela supressão de debates sobre bases militares estadunidenses. Em fóruns internacionais, o Japão promove a Convenção da Unesco para Patrimônio Imaterial e lidera iniciativas tecnológicas educacionais, mas enfrenta críticas por disputas históricas com a Coreia do Sul (ex.: estátuas de "mulheres de conforto") e por priorizar soft power cultural em detrimento de diálogos sobre colonialismo.

Cingapura:



Cingapura prioriza a "harmonia social" sobre a liberdade de expressão, justificando censura via leis como a Lei de Sedição (1948) e o Regulamento de Proteção contra Falsidades Online (POFMA, 2019), usado para remover críticas ao governo, como o caso do blogueiro Roy Ngerng (2014), processado por acusar o primeiro-ministro de corrupção. Historicamente, a Lei de Segurança Interna (ISA, 1960) permitiu detenções sem julgamento de opositores, moldando um ambiente de autocensura midiática. Na preservação cultural, promove políticas como o Plano de Preservação do Patrimônio (1990), que salvaguarda enclaves étnicos como Little India, mas enfrenta críticas pela erosão de tradições devido à globalização, como o declínio do dialeto Hokkien em favor do inglês. Na educação, o Programa de Educação Nacional (1997) inclui valores multiculturais, porém casos como a censura a debates sobre direitos LGBTQIA+ em escolas (ex.: polêmica do livro *And Tango Makes Three* em 2014) revelam tensões entre identidade e conservadorismo. Quanto às minorias, a Política de Integração Étnica (1989) evita guetos, mas comunidades como os malaios muçulmanos denunciam discriminação sistêmica, como restrições ao uso do hijab em certas profissões. Em fóruns internacionais, Cingapura defende sua "exceção autoritária" como modelo de estabilidade, promovendo iniciativas como a Cúpula Global de Governança da Internet (2021), mas é criticada por acordos como o Tratado de Livre Comércio com a UE (2019), que priorizam interesses econômicos sobre direitos humanos, e por censurar plataformas globais (ex.: bloqueio parcial da Netflix em 2022 por conteúdo "contrário aos valores asiáticos").

México:



O México defende a liberdade de expressão como direito constitucional, mas enfrenta desafios estruturais: em 2021, o projeto de lei de regulamentação de redes sociais (proposto por Ricardo Monreal) gerou críticas por centralizar o poder de moderação no Estado, ameaçando a neutralidade da internet. Apesar de signatário da Convenção Americana de Direitos Humanos, que proíbe censura prévia, o país registra altos índices de violência contra jornalistas — 163 assassinatos entre 2000 e 2022, incluindo casos emblemáticos como o de Ruben Espinosa (2015) e Dom Phillips (2022), mortos ao denunciar corrupção e crimes ambientais. Na preservação cultural, o Tren Maya, projeto federal, é criticado por ameaçar ecossistemas e comunidades indígenas, contradizendo a Convenção da Unesco sobre Patrimônio Imaterial, da qual o país é signatário. A censura também se manifesta via monopólio midiático (ex.: conglomerados como Televisa), que marginaliza vozes locais em favor de narrativas comerciais. Na educação, embora a Lei Geral de Educação (2019) inclua diretrizes interculturais, persistem pressões contra debates sobre direitos indígenas, como o assassinato de Anabel Flores Salazar (2016), que investigava violações em Veracruz. Quanto às minorias, o Decreto 9.759/2017 extinguiu conselhos participativos, reduzindo a representação indígena, enquanto a impunidade (91% dos crimes contra jornalistas não são resolvidos) perpetua o silêncio sobre violações. Em fóruns internacionais, o México promove discursos progressistas, mas é pressionado por contradições, como a lentidão na proteção de defensores ambientais e a falta de transparência em políticas digitais.

Rússia:



A Rússia consolida seu modelo de governança em torno do controle estrito da informação, justificado por uma retórica de "soberania cultural" e "segurança nacional". Desde a era soviética, herdou mecanismos de censura institucionalizados, como o Glavlit, órgão responsável por supervisionar todas as publicações até 1991. Na era contemporânea, esse legado se atualiza com leis como a Lei de "Notícias Falsas" (2019) e a Lei de "Desrespeito ao Estado" (2019), usadas para criminalizar críticas ao governo e à invasão da Ucrânia. Em 2021, o ativista Alexei Navalny foi preso após denunciar corrupção no Kremlin, enquanto a ONG Memorial — dedicada à preservação da memória das vítimas do stalinismo — foi extinta sob acusações de "revisão história", meses antes de receber o Nobel da Paz.

Na preservação cultural, o Estado promove narrativas patrióticas que glorificam o passado imperial e soviético, apagando contradições. A Lei de "Propaganda LGBT+" (2013/2022) proíbe qualquer menção a identidades queer em escolas, mídia e espaços públicos, alegando defender a "moral ortodoxa". Paralelamente, a Rússia exporta soft power via canais estatais como RT (Russia Today) e Sputnik, acusados de disseminar desinformação global, como a negação de massacres em Bucha (2022). A Lei de Soberania da Internet (2019) permite isolar a infraestrutura digital russa, bloqueando plataformas como Facebook, Instagram e Twitter durante a guerra, enquanto sites independentes (ex.: Meduza, Dozhd TV) são classificados como "agentes estrangeiros", restringindo seu acesso.

Na educação, o Padrão Educacional Patriótico (2021) reescreve currículos históricos, omitindo o Pacto Molotov-Ribbentrop (1939) e retratando a anexação da Crimeia (2014) como "reunificação". Livros didáticos glorificam figuras como Stálin

como "líder eficiente", minimizando o Gulag e a Grande Fome (Holodomor). Universidades são pressionadas a adotar disciplinas como "Fundamentos da Cultura Russa", que reforçam valores tradicionais, enquanto acadêmicos críticos, como Yuri Dmitriev (historiador preso em 2020 por expor execuções stalinistas), enfrentam perseguição.

Quanto às minorias, comunidades étnicas e religiosas sofrem repressão sistêmica. Os tártaros da Crimeia enfrentam confiscos de terras e proibições de celebrar tradições desde 2014, enquanto as Testemunhas de Jeová são perseguidas como "extremistas" sob a Lei de "Agentes Estrangeiros" (2012). Na Chechênia, o líder Ramzan Kadyrov impôs uma política de "purificação étnica" contra LGBTQ+, com relatos de torturas e execuções extrajudiciais (documentados pela Novaya Gazeta em 2017). A Lei de "Autonomia Cultural" (1996), que garantia direitos linguísticos a minorias, é ignorada na prática, com línguas como o tuvano e o calmuco marginalizadas em escolas.

Em fóruns internacionais, a Rússia posiciona-se como defensora da "multipolaridade cultural", criticando a "hegemonia ocidental" em organismos como a Unesco. No entanto, é condenada por destruir patrimônios ucranianos, como o teatro de Mariupol (2022) — abrigando civis quando bombardeado — e por apoiar regimes autoritários como o da Síria, onde sítios como Palmira foram saqueados pelo Estado Islâmico sob complacência tácita. A diplomacia cultural russa inclui iniciativas como o Fórum Econômico Oriental (2023), que promove cooperação asiática, mas esbarra em acusações de usar instituições como a Igreja Ortodoxa Russa para influenciar as diásporas eslavas.



Egito:



O Egito constrói seu modelo de gestão da informação sobre um paradoxo histórico: herdeiro de uma das civilizações mais antigas do mundo, hoje combina o discurso de preservação cultural com um dos regimes mais repressivos à liberdade de expressão no Oriente Médio. A Constituição de 2014 nominalmente garante liberdades civis, mas na prática, uma rede de leis como a Lei Antiterrorismo (2015) e a Lei de Regulação da Mídia (2018) criam um ambiente onde jornalistas podem enfrentar até 15 anos de prisão por "publicar notícias falsas" - termo amplamente usado para silenciar críticos. O caso do jornalista Ismail Alexandrani, preso em 2015 por reportar sobre insurgências no Sinai, exemplifica como o Estado instrumentaliza a segurança nacional para justificar a censura.

Na esfera cultural, o Egito vive uma contradição entre sua imagem internacional de guardião da herança faraônica e a repressão às expressões culturais contemporâneas. Enquanto investe milhões na Grande Museu Egípcio (projeto faraônico próximo às pirâmides de Gizé), o governo censura obras como o filme "As Esquecidas" (2022) que aborda violência sexual durante a Primavera Árabe. A Unesco celebra o país por sítios como Luxor, mas ignora a sistemática destruição de bairros históricos no Cairo - como o controverso projeto de "modernização" do Cairo Histórico que deslocou milhares de famílias em 2020.

O sistema educacional egípcio reflete esse controle estatal. A reforma curricular de 2018 eliminou referências à Primavera Árabe dos livros didáticos, enquanto universidades públicas enfrentam intervenção direta do governo - em 2021, a Universidade do Cairo demitiu 22 professores após críticas ao regime. Paradoxalmente, o país abriga a Biblioteca de Alexandria (reconstruída em 2002 como símbolo de conhecimento), mas mantém uma das mais rígidas firewalls digitais do mundo árabe, bloqueando mais de 500 sites, incluindo plataformas de direitos humanos.

Para minorias políticas e religiosas, a censura assume formas brutais. A comunidade copta (10% da população) enfrenta restrições na construção de igrejas e representação midiática. Jornalistas como Solafa Magdy foram presos por reportar sobre perseguição religiosa, enquanto o caso do estudante Patrick Zaki (detido por um artigo sobre discriminação contra coptas) gerou protestos internacionais em 2020. A Lei de Associações (2019) praticamente eliminou o ativismo independente, convertendo ONGs em extensões do aparato estatal.

Na arena internacional, o Egito mantém um jogo duplo. Enquanto na Unesco posa como protetor da herança cultural (promovendo iniciativas como a digitalização de manuscritos antigos), é denunciado na ONU por destruir bairros históricos e sítios arqueológicos. Como mediador no conflito israelense-palestino, censura cobertura crítica na mídia estatal. A construção da Barragem do Renascimento Africano (e a subsequente censura sobre seus impactos ambientais) revela como projetos nacionais se sobrepõem à transparência.

Parceiro estratégico de EUA e Israel em segurança no Oriente Médio, mas censura críticas ao regime com leis antiterrorismo. Recebe apoio chinês para digitalização de patrimônios.

China:



A China adota uma abordagem singular no equilíbrio entre controle estatal da informação e preservação cultural, fundamentada em sua longa história de centralização política. O país implementa leis rigorosas como a Lei de Segurança Cibernética (2017) e a Lei de "Notícias Falsas" (2020), que criminalizam conteúdos considerados "prejudiciais à

segurança nacional" ou que "distorcem a história chinesa". Em 2021, a Lei de Proteção de Dados Pessoais ampliou o controle sobre plataformas digitais, exigindo que empresas como Tencent e Alibaba armazenem dados localmente e submetam algoritmos à aprovação governamental. Paralelamente, a China promove ativamente sua cultura através de iniciativas como a Rota da Seda Digital, que exporta infraestrutura tecnológica e conteúdo cultural para países em desenvolvimento, enquanto bloqueia plataformas ocidentais como Google e Facebook em nome da "soberania cibernética".

Na preservação cultural, a China destaca-se por seus 55 sítios Patrimônio Mundial da Unesco, incluindo a Grande Muralha e as Grutas de Mogao. O governo investe pesadamente na salvaguarda do patrimônio imaterial, como demonstra a Lei do Patrimônio Cultural Imaterial (2011), que aloca fundos para a transmissão de práticas tradicionais, desde a ópera de Pequim até técnicas artesanais de porcelana. Contudo, críticos apontam contradições: enquanto celebra a diversidade étnica em eventos como o Festival Internacional do Patrimônio Cultural Imaterial de Chengdu, minorias como os uigures no Xinjiang enfrentam assimilação forçada e repressão a suas tradições linguísticas e religiosas.

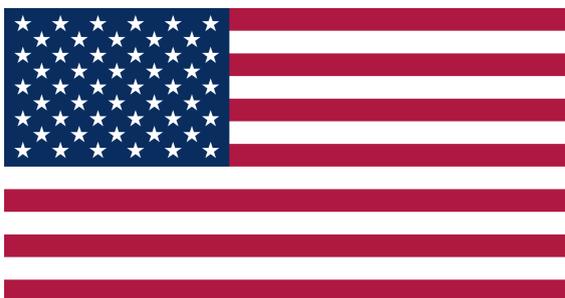
No campo educacional, a China prioriza um currículo patriótico, revisando livros didáticos para enfatizar narrativas de unificação nacional e omitir eventos sensíveis como o Massacre da Praça da Paz Celestial (1989). Projetos como o Plano de Ação para a Revitalização de Artesanatos Tradicionais (2017) integram oficinas culturais em escolas, mas sob supervisão estrita do Partido Comunista. A censura também atinge as academias: em 2020, o historiador Zhang Lifan foi perseguido por pesquisar períodos "sensíveis" da era Maoísta.

Para minorias, a política chinesa é ambivalente. Embora a Constituição reconheça 56 grupos étnicos, práticas como a campanha de "sinização" no Tibete e em Xinjiang buscam homogeneizar identidades através da educação obrigatória em mandarim e da destruição de locais religiosos. Apesar disso, a China apresenta iniciativas como os Pilotos de Reservas Culturais Ecológicas, que visam proteger tradições de grupos como os Miao e os Dong, ainda que sob o pretexto de desenvolvimento turístico.



Em fóruns internacionais, a China posiciona-se como líder na proteção do patrimônio global, investindo na restauração de sítios no Camboja e no Sri Lanka através do Fundo da Rota da Seda da Unesco. No entanto, sua atuação é frequentemente questionada por projetos como a Barragem das Três Gargantas, que submergiu sítios arqueológicos, e pela instrumentalização da cultura para fins geopolíticos, como a promoção agressiva do confucionismo ("Institutos Confucius") como soft power.

Estados Unidos:



Enquanto são berços da Primeira Emenda (1791), que consagra a liberdade de expressão como direito fundamental, também desenvolveram mecanismos sofisticados de controle informacional. O Marco Civil da Internet (2014) do Brasil inspirou debates nos EUA, mas o país optou por um modelo descentralizado, onde plataformas como Facebook e Twitter autorregulam conteúdo sob a Seção 230 da Lei de Decência nas Comunicações (1996), que as isenta de responsabilidade por posts de usuários. Contudo, após as eleições de 2020 e o ataque ao Capitólio em 2021, o governo pressionou por maior moderação de "desinformação", levando ao banimento de figuras como Donald Trump do Twitter — uma medida celebrada por alguns como proteção democrática e criticada por outros como censura corporativa.

Na preservação cultural, os EUA são pioneiros: foram o primeiro país a ratificar a Convenção do Patrimônio Mundial da Unesco(1973) e abrigam 26 sítios reconhecidos, desde Yellowstone (1872), primeiro parque nacional do mundo, até a Estátua da Liberdade, símbolo global de acolhimento. Contradições persistem: enquanto o Grand Canyon é protegido como patrimônio natural, projetos como o oleoduto Dakota Access Pipeline ameaçaram terras sagradas indígenas em Standing Rock (2016), revelando tensões entre desenvolvimento e direitos culturais.

No campo educacional, os EUA promovem a liberdade acadêmica, mas enfrentam "guerras culturais": estados como a Flórida aprovaram leis como o "Don't Say Gay" (2022), restringindo discussões sobre gênero em escolas. Simultaneamente, iniciativas como o Smithsonian Latino Center trabalham para preservar histórias marginalizadas, como a dos trabalhadores agrícolas chicanos.

Para minorias, a censura assume formas estruturais. O movimento Black Lives Matter expôs como plataformas inicialmente suprimiram hashtags como #Ferguson (2014), alegando "violação de termos". Jornalistas ambientais cobrindo protestos como o de Line 3 (2021) enfrentaram arrestos, enquanto leis estaduais como a do Texas contra redes sociais (2021) buscam criminalizar moderação de conteúdo conservador.

Em fóruns internacionais, os EUA defendem a liberdade na internet mas são acusados de hegemonia cultural: a Unesco criticou a predominância do inglês em plataformas digitais, que marginaliza línguas como o navajo. Projetos como o "American Corner" da embaixada dos EUA promovem valores democráticos, enquanto vazamentos como os de Snowden (2013) revelaram vigilância global sob o pretexto de segurança.

O país lidera coalizões ocidentais contra censura na Rússia e China, mas sofre críticas por hipocrisia. Estabelece parcerias com Japão e Cingapura em inovação, enquanto cria tensões com o México por migração e com o Brasil por desmatamento. Apoiava ONGs que desafiam regimes do Egito e Marrocos.

Padrões de Aliança:

Eixo Autoritário: China-Rússia-Egito (controle informacional + soberania cultural).

Sul Global: Brasil-África do Sul-México (luta contra exclusão digital e colonialismo).

Ocidente: EUA-Japão-Cingapura (tecnologia com nuances em liberdades).

Pontes Frágeis: Marrocos oscila entre Ocidente e mundo árabe; Cingapura entre autoritarismo e capitalismo ocidental.



5. Considerações finais

Delegados, este guia traçou um mapa dos desafios que definirão nosso futuro coletivo: a globalização que aproxima povos mas ameaça identidades, a desinformação que corrói o diálogo e a censura que silencia vozes sob falsos pretextos. Nas páginas anteriores, confrontamos realidades complexas — nações como o Brasil lutando entre garantias constitucionais e mecanismos de controle, a China impondo soberania digital enquanto protege patrimônios milenares, e a Rússia erguendo muralhas virtuais em nome da segurança. Cada caso revela um dilema universal: como equilibrar liberdade e responsabilidade em um mundo fragmentado?

Os pontos de discussão não são meros exercícios retóricos. Eles convocam vocês a agir como mediadores entre culturas, tecnologias e valores em choque. Quando debaterem os limites da expressão, lembrem-se que a linha entre combate ao ódio e repressão é tênue; ao analisar a censura, questionem quem define o que é "verdade" ou "ameaça"; e ao abordar a erosão cultural, rejeitem a falsa escolha entre isolamento e homogeneização. A verdadeira inovação está em políticas que protejam tradições sem condená-las ao museu.

A Unesco existe para lembrar que paz não é ausência de conflito, mas presença de justiça. Seu papel, como diplomatas, é tecer acordos onde a tecnologia sirva à pluralidade, onde o desenvolvimento não esmague identidades, e onde o Estado proteja sem asfixiar. O mundo não precisa de mais retórica — precisa de soluções que honrem nossa humanidade compartilhada. Mãos à obra.

"Nunca mais recuarei diante da verdade, porque quanto mais tardamos a dizê-la, mais difícil se torna para os outros ouvi-la."

-Anne Frank

